
PLANO DE GESTÃO DE DADOS NO *OPEN FINANCE*: contribuições da Ciência da Informação no contexto corporativo

Data Management Plan in Open Finance: contributions of Information Science in the corporate context

Anderson Rafael Castro Simões (1), Guilherme Ataíde Dias (2)

(1) Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil, arafaelcs@gmail.com

(2) guilhermeataide@gmail.com



Resumo

O *Open Finance* amplia o compartilhamento de dados financeiros entre instituições, intensificando desafios relacionados à governança, à interoperabilidade e ao reuso qualificado da informação em ambientes regulados. Este artigo tem como objetivo investigar acerca das contribuições da Ciência da Informação para a aplicação do Plano de Gestão de Dados (PGD) no contexto corporativo do *Open Finance*, considerando a necessidade de práticas estruturadas de gestão informacional. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e bibliográfica, fundamentada em análise conceitual de literatura científica e de documentos institucionais sobre gestão de dados, Ciclo de Vida dos Dados e governança da informação. A análise evidencia que a ampliação do compartilhamento de dados, quando não acompanhada de mecanismos sistemáticos de planejamento, organização e documentação, tende a favorecer fragmentação, inconsistências e perda de significado ao longo do tempo. Discute-se o PGD como um instrumento capaz de integrar a organização, documentação, metadados, responsabilidades, condições de compartilhamento, preservação e descarte ao longo do ciclo de vida dos dados, apoiando práticas de governança informacional em ecossistemas financeiros abertos. Aborda-se, ainda, a convergência do PGD com os princípios FAIR, orientando a produção e a disponibilização de dados localizáveis, acessíveis, interoperáveis e reutilizáveis, sob condições devidamente controladas. Conclui-se que a transposição do PGD do campo científico para o ambiente corporativo contribui para a sustentabilidade, a interoperabilidade e o reuso qualificado de dados financeiros no *Open Finance*.

Palavras-chave: *Open Finance*; Plano de Gestão de Dados; Governança da Informação; Ciclo de Vida dos Dados.

Abstract

Open Finance expands the sharing of financial data among institutions, intensifying challenges related to governance, interoperability, and the qualified reuse of information in regulated environments. This article aims to investigate the contributions of Information Science to the application of the Data Management Plan (DMP) in the corporate context of *Open Finance*, considering the need for structured information management practices. The study is characterized as qualitative, exploratory, and bibliographic, grounded in a conceptual analysis of scientific literature and institutional documents on data management, the Data Life Cycle, and information governance. The analysis shows that the expansion of data sharing, when not accompanied by systematic mechanisms for planning, organization, and documentation, tends to foster fragmentation, inconsistencies, and loss of meaning over time. The DMP is discussed as an instrument capable of integrating organization, documentation, metadata, responsibilities, sharing conditions, preservation, and disposal throughout the data life cycle, thereby supporting information governance practices in open financial ecosystems. The convergence of the Data Management Plan with the FAIR principles is also addressed, guiding the production and dissemination of data that are findable, accessible, interoperable, and reusable under duly controlled conditions. It is concluded that the transposition of the DMP from the scientific domain to the corporate environment contributes to the sustainability, interoperability, and qualified reuse of financial data in *Open Finance*.

Keywords: *Open Finance*; Data Management Plan; Information Governance; Data Life Cycle.

1 Introdução

A intensificação do uso de dados no ambiente digital tem redefinido as dinâmicas de produção, circulação e apropriação da informação em diferentes setores da sociedade. No setor financeiro, esse movimento manifesta-se por meio da digitalização dos serviços e da crescente centralidade dos dados como recurso estratégico para a inovação, a personalização de produtos e a tomada de decisão.

Nesse contexto, o *Open Finance* surge como expressão de uma transformação estrutural, ao instituir novos arranjos para o compartilhamento padronizado e consentido de dados entre instituições e usuários, expandindo as possibilidades de integração no sistema financeiro (Banco Central do Brasil 2020).

A padronização das interfaces de programação de aplicativos (APIs) constitui requisito central para a implementação do *Open Finance*, na medida em que viabiliza a interoperabilidade entre sistemas distintos e assegura maior consistência na troca de dados entre instituições. Tal padronização favorece a integração entre sistemas e a transmissão mais ágil e segura de dados, reforçando o princípio de interoperabilidade que fundamenta o ecossistema e sustentando tanto a

eficiência operacional quanto à conformidade regulatória no âmbito do *Open Finance* (Bedeschi 2021).

A ampliação do compartilhamento de dados nesse ambiente impõe às instituições financeiras desafios relacionados à organização e ao uso qualificado das informações, ao gerenciamento da identidade digital dos usuários e à necessidade de promover ações de orientação e sensibilização dos clientes quanto às implicações desse modelo. Nesse cenário, o alinhamento e a qualificação dos conjuntos de dados tornam-se fundamentais, uma vez que as informações recebidas precisam ser validadas, contextualizadas e padronizadas antes de assumirem valor informacional para a instituição, assegurando precisão, integridade e conformidade com os padrões definidos (Medeiros 2021).

Esses desafios evidenciam que a complexidade envolvida na gestão dos dados financeiros não pode ser plenamente enfrentada apenas a partir de soluções técnicas ou normativas. A necessidade de atribuir significado, contexto e coerência aos dados compartilhados remete a questões mais amplas relacionadas à organização e ao uso da informação em ambientes institucionais complexos, indicando a pertinência de referenciais teóricos capazes de sustentar práticas de governança informacional mais consistentes.

Nesse sentido, as contribuições da Ciência da Informação assumem papel central ao oferecer um arcabouço teórico-conceitual voltado à compreensão dos processos de produção, organização, representação, uso e preservação da informação. Ao tratar a informação como um fenômeno social e contextual, o campo destaca a importância de considerar, de forma integrada, dimensões técnicas, semânticas e organizacionais nos processos de gestão informacional (Le Coadic 2004).

Entre os referenciais desenvolvidos no âmbito da Ciência da Informação, o Ciclo de Vida dos Dados constitui um instrumento analítico relevante para compreender as etapas pelas quais os dados transitam desde sua criação até sua preservação ou descarte. Esse modelo evidencia que a gestão eficiente dos dados requer planejamento, definição de padrões e documentação adequada, aspectos fundamentais para assegurar sua interoperabilidade e reutilização em ambientes complexos (Sant'Ana 2016).

SIMÕES, Anderson Rafael Castro; DIAS, Guilherme Ataíde. Plano de Gestão de Dados no Open Finance: contribuições da Ciência da Informação no contexto corporativo. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, vol.20, publicação contínua, 2026, e026009. DOI: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2026.v20.e026009>.

A compreensão dessas etapas, contudo, evidencia a necessidade de instrumentos que operacionalizem, de forma sistemática, as práticas de gestão associadas ao ciclo de vida dos dados. Em contextos caracterizados por fluxos informacionais intensivos e pela atuação de múltiplos atores, torna-se necessário dispor de mecanismos que traduzam princípios conceituais em diretrizes práticas, orientando decisões e responsabilidades ao longo de todo o percurso informacional.

No campo científico, o Plano de Gestão de Dados (PGD) consolidou-se como um instrumento voltado à organização sistemática das práticas de gestão da informação ao longo do ciclo de vida dos dados. Ao reunir diretrizes relacionadas à coleta, organização, armazenamento, compartilhamento e preservação, o PGD favorece a interoperabilidade entre sistemas e aumenta as possibilidades de reúso em diferentes contextos institucionais (Sayão and Sales 2015).

Observa-se, ainda, um reconhecimento crescente acerca da importância de incorporar os princípios FAIR na elaboração de Planos de Gestão de Dados, especialmente em contextos que envolvem o compartilhamento e o reúso sistemático de dados e software. A adoção desses princípios contribui para a organização estruturada dos dados, incrementa sua reutilização e promove maior transparência nos processos de produção do conhecimento, fortalecendo a colaboração entre diferentes áreas (Adams et al. 2023).

A efetividade desses princípios, entretanto, depende de sua tradução em práticas organizacionais concretas. Em ambientes caracterizados pela circulação intensiva e pelo reúso de dados, como o contexto corporativo do *Open Finance*, torna-se necessário articular tais diretrizes a instrumentos capazes de orientar decisões, responsabilidades e fluxos informacionais de forma sistemática e sustentável.

Diante dessas considerações, evidencia-se a relevância de abordar o *Open Finance* para além de seus aspectos técnicos e regulatórios, incorporando perspectivas da gestão da informação. Instrumentos desenvolvidos no ambiente científico, como o PGD, podem ser discutidos como mecanismos aplicáveis a diferentes contextos organizacionais, contribuindo para a padronização, a interoperabilidade e o reúso de dados (European Commission 2018).

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições da Ciência da Informação para a aplicação de instrumentos científicos, em especial o PGD, no contexto corporativo do *Open Finance*, discutindo de que forma esse instrumento pode apoiar práticas de governança da informação em ambientes financeiros abertos.

Além desta introdução, o artigo apresenta uma discussão sobre o *Open Finance* a partir da perspectiva da governança da informação, seguida de uma abordagem conceitual sobre o Ciclo de Vida dos Dados e os Princípios FAIR como referenciais analíticos. Na sequência, discute-se o PGD como instrumento de transposição entre o ambiente científico e o corporativo, finalizando-se com as considerações finais, nas quais são destacadas as contribuições teóricas e as implicações práticas da reflexão proposta.

2 Procedimentos Metodológicos

Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, com enfoque teórico-reflexivo, fundamentada em abordagens interpretativas (Minayo 2014). Tal delineamento mostra-se adequado ao objetivo de analisar conceitualmente a aplicação do Plano de Gestão de Dados no contexto do *Open Finance*, a partir de referenciais da Ciência da Informação, sem recorrer a procedimentos empíricos ou experimentais.

A pesquisa bibliográfica concentrou-se em literatura especializada da Ciência da Informação e em documentos institucionais relacionados à governança da informação e ao *Open Finance* (Gil 2010). Foram priorizados trabalhos que discutem, de forma conceitual, instrumentos e modelos associados à gestão de dados, como o Ciclo de Vida dos Dados, os Princípios FAIR e o Plano de Gestão de Dados, considerando sua aplicabilidade em ambientes organizacionais complexos e regulados.

No processo de seleção dos materiais bibliográficos, adotaram-se como critérios principais a pertinência temática, a relevância científica e a contribuição conceitual para a discussão proposta. Também foram priorizadas publicações acadêmicas consolidadas, tais como livros, artigos de

periódicos científicos e documentos institucionais de referência, de modo a assegurar consistência teórica e atualidade ao embasamento do estudo. No que se refere ao recorte temporal, foram considerados principalmente trabalhos publicados nas duas últimas décadas, período em que se intensificam as discussões acadêmicas sobre governança de dados, interoperabilidade informacional e, mais recentemente, sobre o desenvolvimento de ecossistemas de *Open Finance*.

A análise do material selecionado foi conduzida de maneira qualitativa e interpretativa, buscando identificar convergências conceituais e possibilidades de articulação entre os fundamentos teóricos da Ciência da Informação e as demandas informacionais do *Open Finance*. Essa abordagem permitiu examinar como instrumentos desenvolvidos no ambiente científico podem ser transpostos para o contexto corporativo, contribuindo para a qualificação das práticas de governança da informação.

A identificação dos materiais utilizados na pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de buscas em bases de dados acadêmicas e repositórios científicos amplamente utilizados na área da Ciência da Informação e em áreas correlatas. Entre as fontes consultadas destacam-se bases como *Google Scholar*, *Scielo*, periódicos científicos especializados e repositórios institucionais de universidades, além de documentos oficiais publicados por órgãos reguladores e instituições relacionadas ao *Open Finance*. As estratégias de busca utilizaram combinações de descritores como “gestão de dados”, “plano de gestão de dados”, “data management plan”, “open finance”, “governança da informação” e “ciclo de vida dos dados”.

Quanto ao recorte temático, a pesquisa concentrou-se na interseção entre gestão de dados, governança da informação e ecossistemas financeiros abertos, com ênfase nas discussões relacionadas ao *Open Finance* e à aplicação de instrumentos de gestão informacional em ambientes corporativos. No que se refere ao recorte geográfico, foram considerados estudos de alcance internacional e nacional, especialmente aqueles que tratam da implementação do *Open Finance* no Brasil ou discutem modelos conceituais aplicáveis a contextos institucionais semelhantes.

Com base nessa análise, o estudo desenvolve uma reflexão sobre o Plano de Gestão de Dados como instrumento de transposição entre o ambiente científico e o contexto corporativo do *Open Finance*, articulando princípios e conceitos da Ciência da Informação às exigências

contemporâneas de compartilhamento, interoperabilidade e reuso de dados em ecossistemas financeiros abertos.

O processo de análise foi realizado em etapas sucessivas de leitura e interpretação da literatura selecionada. Inicialmente, realizou-se uma leitura exploratória com o objetivo de identificar obras relevantes para o tema investigado. Em seguida, procedeu-se à leitura analítica, voltada à identificação de conceitos, categorias e modelos relacionados à gestão e governança de dados. Por fim, desenvolveu-se uma etapa de síntese interpretativa, na qual os conceitos identificados foram articulados de modo a evidenciar possíveis contribuições da Ciência da Informação para a aplicação do Plano de Gestão de Dados no contexto do *Open Finance*.

3 Open Finance como ecossistema informacional

O *Open Finance* pode ser compreendido como um ecossistema informacional no qual dados financeiros passam a circular entre diferentes instituições, sistemas e finalidades, mediante consentimento do usuário e padrões técnicos previamente definidos. Esse modelo expande o potencial de uso e reuso da informação, mas também pode intensificar a complexidade da gestão dos dados, na medida em que estes deixam de estar restritos a ambientes organizacionais fechados e passam a integrar fluxos distribuídos e interinstitucionais (Banco Central do Brasil 2020).

Nesse contexto, a governança de dados assume papel central, uma vez que a ampliação dos fluxos informacionais, quando não acompanhada de práticas estruturadas de gestão, tende a resultar em fragmentação, inconsistências e perda de significado ao longo do ciclo de vida dos dados. A simples viabilização da circulação das informações entre sistemas não garante, por si só, sua compreensão, uso consistente e reaproveitamento ao longo do tempo. Torna-se, portanto, necessário considerar o planejamento, a organização e a documentação dos dados como elementos fundamentais para preservar seu valor informacional em ambientes institucionais complexos, conforme discutido na abordagem do Ciclo de Vida dos Dados (Sant'Ana 2016).

A partir dessa perspectiva, é possível identificar dificuldades informacionais recorrentes associadas à implementação do *Open Finance*, as quais extrapolam a dimensão estritamente

tecnológica e evidenciam a necessidade de abordagens orientadas à governança da informação. Essas dificuldades são sintetizadas no Quadro 1, elaborado a partir da revisão da literatura analisada.

Quadro 1 – Dificuldades associadas à implementação do *Open Finance*

Dificuldade identificada	Descrição sintética	Autor
Segurança e proteção de dados pessoais	Riscos relacionados à privacidade, à identidade digital e à proteção de dados pessoais, que impactam a confiança dos usuários e a adoção do <i>Open Finance</i> em ambientes regulados.	Morrison (2020)
Interoperabilidade limitada e fragmentação	Limitações na interoperabilidade entre sistemas distintos, decorrentes da ausência de alinhamento suficiente entre padrões técnicos e práticas organizacionais, comprometendo a troca consistente de dados.	Dzhaparov (2020)
Gestão do consentimento dos usuários	Complexidade associada à obtenção, validação, armazenamento e renovação do consentimento ao longo do ciclo de vida dos dados compartilhados.	Dzhaparov (2020)
Maturidade organizacional e capacitação	Dificuldades relacionadas à ausência de profissionais qualificados e à necessidade de amadurecimento das práticas organizacionais para lidar com dados em ecossistemas abertos.	Gonçalves e Araujo (2022)
Cronograma e escopo de implementação	Desafios decorrentes de prazos ambiciosos combinados a escopos amplos, que aumentam a complexidade do projeto e demandam ajustes durante a implementação.	Gonçalves e Araujo (2022)

Fonte: Elaboração dos autores, com base na revisão da literatura.

A segurança e a proteção de dados pessoais configuram uma dificuldade relevante no contexto do *Open Finance*, na medida em que o compartilhamento desenvolvido de informações sensíveis intensifica riscos associados à privacidade, à identidade digital e ao uso indevido dos dados. Conforme analisa Morrison (2020), a confiança dos usuários constitui elemento estruturante para a sustentabilidade de ecossistemas financeiros abertos, sendo diretamente condicionada à existência de salvaguardas claras quanto ao tratamento, à finalidade e à responsabilidade pelo uso das informações. Nesse sentido, a gestão qualificada dos dados exige mecanismos que assegurem controle, rastreabilidade e conformidade normativa ao longo de todo o ciclo informacional.

A interoperabilidade, embora frequentemente tratada como um desafio eminentemente técnico, apresenta limitações que extrapolam a simples integração entre sistemas quando analisada sob a perspectiva informacional. Dzhaparov (2020) destaca que a ausência de alinhamento entre padrões técnicos, organizacionais e informacionais tende a gerar fragmentação dos dados, comprometendo a consistência e o uso efetivo das informações compartilhadas. Essa condição reforça que a interoperabilidade, para além da conectividade, depende de práticas estruturadas de gestão capazes de preservar contexto, significado e coerência ao longo do fluxo de dados.

A gestão do consentimento constitui uma dificuldade recorrente no Open Finance, sobretudo por envolver não apenas sua obtenção inicial, mas também seu acompanhamento, validação e eventual revogação ao longo do tempo. Segundo Dzhaparov (2020), o consentimento deve ser compreendido como um processo contínuo, integrado ao ciclo de vida dos dados, e não como um evento pontual. Essa complexidade reforça a necessidade de instrumentos que organizem e documentem decisões, responsabilidades e fluxos informacionais, assegurando que o uso dos dados permaneça alinhado às finalidades autorizadas pelos usuários.

A maturidade organizacional e a capacitação das equipes representam dificuldades relevantes para a implementação do Open Finance, especialmente em contextos que demandam competências integradas em dados, tecnologia e regulação. Gonçalves e Araujo (2022) evidenciam que a ausência de estruturas organizacionais consolidadas e de profissionais qualificados compromete a adoção de práticas consistentes de gestão da informação. Esse cenário indica que a abertura de dados requer não apenas soluções técnicas, mas também processos institucionais capazes de sustentar decisões informacionais ao longo do tempo.

Os desafios relacionados ao cronograma e ao escopo de implementação do Open Finance também impactam diretamente as práticas de gestão da informação. Gonçalves e Araujo (2022) apontam que prazos ambiciosos, combinados a escopos amplos, tendem a tensionar as capacidades organizacionais, dificultando o planejamento adequado das atividades informacionais. Essa condição reforça a importância de instrumentos que permitam organizar prioridades, documentar decisões e estruturar ações ao longo do ciclo de vida dos dados, mitigando riscos decorrentes de implementações aceleradas.

A análise do Open Finance como ecossistema informacional evidencia que a ampliação do compartilhamento de dados financeiros introduz desafios que não se esgotam na padronização técnica ou na conformidade regulatória. A circulação interinstitucional de dados, mediada por consentimento e por múltiplos sistemas, intensifica a complexidade informacional e torna visíveis fragilidades associadas à qualidade, à coerência e ao uso sustentável das informações ao longo do tempo. Nesse contexto, a ausência de práticas estruturadas de governança tende a comprometer o potencial de integração e reuso dos dados, indicando que a efetividade do *Open Finance* depende da incorporação de abordagens capazes de articular processos, responsabilidades e significados no âmbito da gestão da informação.

4 Governança da informação e Ciclo de Vida dos Dados

As contribuições da Ciência da Informação tornam-se particularmente relevantes ao compreender os dados e a informação como elementos inseridos em processos sociais e institucionais mais amplos. Sob essa perspectiva, a gestão da informação envolve decisões organizacionais e contextuais que influenciam sua produção, organização, uso e preservação (Le Coadic 2004). Ao tratar especificamente do percurso dos dados, a abordagem do Ciclo de Vida dos Dados evidencia que essas decisões se estendem desde a criação até o descarte, demandando planejamento e intencionalidade nas práticas organizacionais (Sant’Ana 2016).

O Ciclo de Vida dos Dados constitui um referencial analítico capaz de estruturar a complexidade informacional de ecossistemas como o *Open Finance*, ao explicitar as diferentes etapas pelas quais os dados transitam e as implicações associadas a cada uma delas. A relação entre essas etapas e o contexto financeiro é sintetizada no Quadro 2, que apresenta as principais implicações do ciclo de vida no ambiente do *Open Finance*.

Quadro 2 – Etapas do Ciclo de Vida dos Dados e suas implicações no *Open Finance*

Etapa	Implicações no contexto do <i>Open Finance</i>
Coleta	Definição de padrões desde a origem dos dados
Processamento	Tratamento e validação para assegurar qualidade
Armazenamento	Estruturas seguras e interoperáveis
Compartilhamento	Uso de APIs e metadados padronizados
Preservação	Manutenção do valor informacional ao longo do tempo
Descarte	Eliminação segura conforme normas e finalidades

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Sant'Ana (2016).

A análise do Quadro 2 demonstra que decisões tomadas em fases iniciais do ciclo de vida, como a criação e o processamento dos dados, produzem efeitos cumulativos nas etapas subsequentes, impactando diretamente a interoperabilidade e o potencial de reuso.

A etapa de coleta assume papel estratégico no contexto do Open Finance, pois é nesse momento que se definem os padrões iniciais que condicionam todo o ciclo de vida dos dados. A forma como os dados são capturados, estruturados e identificados desde a origem influencia diretamente sua qualidade, interoperabilidade e possibilidade de uso posterior por diferentes instituições. Em ambientes financeiros abertos, decisões inadequadas nessa etapa tendem a gerar inconsistências que se propagam ao longo do fluxo informacional, dificultando a integração entre sistemas e o reuso qualificado das informações.

O processamento dos dados corresponde às atividades de tratamento, validação e organização necessárias para torná-los aptos ao uso institucional. No Open Finance, essa etapa é particularmente sensível, uma vez que os dados compartilhados precisam atender a requisitos de qualidade, consistência e conformidade regulatória antes de serem disponibilizados a outros participantes do ecossistema. Fragilidades no processamento comprometem não apenas a confiabilidade das informações, mas também a eficiência das etapas seguintes, propiciando riscos operacionais e informacionais.

O armazenamento diz respeito às estruturas responsáveis pela guarda dos dados e pelo controle de seu acesso ao longo do tempo. Em ecossistemas como o Open Finance, essa etapa envolve não apenas requisitos de segurança, mas também a necessidade de interoperabilidade entre

diferentes ambientes tecnológicos. A adoção de estruturas adequadas de armazenamento é fundamental para assegurar a integridade, a disponibilidade e a rastreabilidade dos dados, especialmente em contextos marcados por múltiplos agentes e fluxos informacionais contínuos.

O compartilhamento constitui uma das etapas centrais do Open Finance, uma vez que materializa o princípio da abertura informacional por meio do uso de APIs e padrões comuns. Contudo, o compartilhamento eficaz depende da existência de metadados consistentes e de regras claras quanto às condições de acesso e uso dos dados. Sem essas definições, o intercâmbio de informações tende a ocorrer de forma fragmentada, comprometendo a compreensão dos dados e limitando seu potencial de reuso em diferentes finalidades institucionais.

A preservação dos dados visa assegurar a manutenção de seu valor informacional ao longo do tempo, mesmo diante de mudanças tecnológicas, organizacionais ou regulatórias. No contexto do Open Finance, essa etapa ganha relevância ao considerar que dados compartilhados podem ser utilizados em momentos distintos daquele em que foram originalmente produzidos. A ausência de estratégias de preservação compromete a legibilidade, a autenticidade e o significado das informações, afetando a sustentabilidade do ecossistema informacional.

O descarte corresponde à etapa final do ciclo de vida dos dados e envolve a eliminação controlada das informações que não possuem mais valor informacional, legal ou estratégico. Em ambientes regulados como o Open Finance, o descarte deve observar normas, finalidades previamente definidas e requisitos de segurança, evitando tanto a retenção indevida quanto a eliminação inadequada de dados. A gestão consciente dessa etapa contribui para a redução de riscos informacionais e para o alinhamento das práticas organizacionais às exigências legais e institucionais.

A abordagem da governança da informação articulada ao Ciclo de Vida dos Dados permite compreender que a gestão informacional em ambientes como o Open Finance é resultante de decisões distribuídas ao longo de múltiplas etapas interdependentes. A análise dessas etapas evidencia que fragilidades iniciais tendem a produzir efeitos cumulativos, afetando a interoperabilidade, a compreensão e o reuso dos dados em contextos interinstitucionais. Assim, a governança da informação não se configura como um conjunto de ações pontuais, mas como um

processo contínuo que exige planejamento, intencionalidade e instrumentos capazes de sustentar práticas consistentes ao longo de todo o percurso informacional, criando as condições necessárias para a adoção de mecanismos sistematizadores na gestão dos dados.

5 Plano de Gestão de Dados como instrumento de transposição para o contexto corporativo

Nesse cenário, o Plano de Gestão de Dados apresenta-se como um instrumento capaz de integrar diferentes dimensões da gestão informacional. Concebido originalmente no ambiente científico, o PGD propõe a definição antecipada de práticas relacionadas à organização, documentação, armazenamento, compartilhamento e preservação dos dados, favorecendo uma visão sistêmica e prospectiva da informação ao longo de todo o seu ciclo de vida (Sayão and Sales 2015).

A potencialidade do PGD como instrumento de transposição entre o campo científico e o contexto corporativo do *Open Finance* é sintetizada no Quadro 3, que relaciona elementos centrais do plano às suas contribuições para a governança da informação em ambientes financeiros abertos.

Quadro 3 – Plano de Gestão de Dados como instrumento de transposição entre o ambiente científico e o corporativo

Elemento do PGD	Contribuição para o <i>Open Finance</i>
Documentação	Registro padronizado de dados e processos
Metadados	Preservação de contexto e significado
Responsabilidades	Definição clara de papéis institucionais
Compartilhamento	Regras e condições de acesso e uso
Preservação	Sustentabilidade do ecossistema informacional

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Sayão e Sales (2015).

O Quadro 3 evidencia que o Plano de Gestão de Dados opera como um mecanismo de articulação entre fundamentos conceituais da Ciência da Informação e demandas organizacionais do setor financeiro. Ao sistematizar práticas ao longo do ciclo de vida dos dados, o PGD pode contribuir para alinhar exigências regulatórias, necessidades operacionais e princípios

informativos, reforçando seu potencial como instrumento de governança no contexto do *Open Finance*

A incorporação de referenciais complementares, como os Princípios FAIR, reforça essa abordagem ao estabelecer diretrizes voltadas à identificação e à possibilidade de localização dos dados, à acessibilidade, à interoperabilidade e à reutilização (Wilkinson et al. 2016). Embora formulados no contexto da ciência aberta, esses princípios podem ser compatíveis com ambientes corporativos regulados, ao oferecer orientações que qualificam o uso e o reuso dos dados sem comprometer requisitos de segurança, controle e conformidade normativa.

A partir da sistematização apresentada no Quadro 3, os elementos do Plano de Gestão de Dados são analisados a seguir sob uma perspectiva interpretativa, buscando evidenciar suas implicações no contexto corporativo do *Open Finance*.

A documentação constitui um elemento estruturante do PGD ao assegurar o registro sistemático dos dados e dos processos que os envolvem. No contexto do *Open Finance*, essa prática contribui para reduzir ambiguidades operacionais e informativas, ao tornar explícitas as regras, os fluxos e as decisões associadas ao uso dos dados. A existência de documentação padronizada favorece a transparência, a rastreabilidade e a conformidade regulatória, aspectos essenciais em ecossistemas caracterizados pela circulação interinstitucional de informações.

Os metadados desempenham papel central na preservação do contexto e do significado dos dados ao longo do tempo. Em ambientes como o *Open Finance*, nos quais os dados circulam entre diferentes sistemas e organizações, a ausência de metadados adequados tende a comprometer sua interpretação e reutilização. A incorporação desse elemento no PGD contribui para assegurar que os dados mantenham coerência semântica, permitindo seu uso consistente mesmo fora do contexto original de produção.

A definição clara de responsabilidades constitui um dos aspectos fundamentais do PGD, ao estabelecer papéis institucionais e atribuições ao longo do ciclo de vida da informação. No contexto do *Open Finance*, essa clareza contribui para mitigar riscos associados à governança, ao controle e à prestação de contas, especialmente em ambientes regulados. A explicitação de

responsabilidades favorece a coordenação entre atores, a rastreabilidade das decisões e a sustentabilidade das práticas informacionais.

O compartilhamento, quando orientado por regras e condições previamente definidas, constitui um elemento essencial para equilibrar abertura informacional e governança. No *Open Finance*, a formalização de políticas de acesso e uso dos dados contribui para assegurar que o compartilhamento ocorra de forma controlada, transparente e alinhada às finalidades autorizadas. A abordagem proposta no PGD permite estruturar esse processo de maneira sistemática, integrando aspectos técnicos, organizacionais e normativos.

A preservação dos dados refere-se à manutenção de seu valor informacional ao longo do tempo, mesmo diante de mudanças tecnológicas, organizacionais ou regulatórias. No contexto do *Open Finance*, esse elemento assume relevância estratégica, uma vez que a sustentabilidade do ecossistema informacional depende da capacidade de manter dados acessíveis, compreensíveis e confiáveis. A incorporação da preservação no PGD reforça uma visão de longo prazo da gestão da informação, alinhada à continuidade institucional e à governança dos dados.

A análise dos elementos do PGD evidencia que sua relevância no contexto do *Open Finance* não reside apenas na adoção de boas práticas isoladas, mas na capacidade de articular, de forma integrada, decisões, responsabilidades e processos ao longo de todo o ciclo de vida dos dados. Ao sistematizar dimensões como documentação, metadados, responsabilidades, compartilhamento e preservação, o PGD pode contribuir para transformar princípios abstratos de governança em práticas organizacionais concretas, alinhadas às exigências regulatórias e operacionais do setor financeiro. Dessa forma, sua transposição do ambiente científico para o contexto corporativo pode ser um caminho promissor para qualificar a gestão da informação em ecossistemas financeiros abertos.

6 Conclusões

A reflexão desenvolvida ao longo deste artigo permitiu compreender o *Open Finance* como um ecossistema informacional complexo, no qual a ampliação do compartilhamento de dados

financeiros intensifica desafios relacionados à governança, à interoperabilidade e ao uso qualificado da informação. Evidenciou-se que a simples abertura dos dados, dissociada de práticas estruturadas de gestão, tende a comprometer a consistência, o significado e a sustentabilidade informacional ao longo do tempo.

Nesse sentido, considera-se que o objetivo deste estudo — analisar as contribuições da Ciência da Informação para a aplicação do Plano de Gestão de Dados no contexto corporativo do Open Finance — foi alcançado, na medida em que a análise teórica permitiu evidenciar como referenciais conceituais da área podem apoiar práticas de governança da informação em ecossistemas financeiros abertos.

Ao incorporar contribuições da Ciência da Informação, o estudo destacou a relevância de compreender os dados a partir de seu ciclo de vida, reconhecendo que decisões tomadas em etapas iniciais produzem efeitos cumulativos sobre o compartilhamento, o reuso e a preservação das informações em ambientes interinstitucionais. Essa perspectiva aumenta a compreensão da governança de dados no Open Finance ao integrar dimensões técnicas, organizacionais e informacionais, frequentemente tratadas de forma fragmentada.

Nesse contexto, o Plano de Gestão de Dados revelou-se um instrumento alternativo para articular fundamentos conceituais desenvolvidos no ambiente científico às demandas operacionais e regulatórias do setor financeiro. Ao sistematizar práticas relacionadas à documentação, aos metadados, às responsabilidades institucionais, às condições de compartilhamento e à preservação, o PGD contribui para transformar princípios abstratos de governança em práticas organizacionais concretas, favorecendo uma abordagem prospectiva e integrada da gestão da informação.

A aproximação entre instrumentos científicos e o contexto corporativo, exemplificada pela aplicação do Plano de Gestão de Dados no Open Finance, evidencia o potencial da Ciência da Informação para qualificar ecossistemas financeiros abertos. Essa transposição contribui para que a abertura de dados seja acompanhada por práticas consistentes de gestão e governança, expandindo o reuso qualificado da informação sem comprometer requisitos de segurança, controle e conformidade.

Como limitação, destaca-se o caráter teórico-reflexivo da análise apresentada, que não contempla validação empírica. Estudos futuros podem aprofundar a aplicação prática do Plano de Gestão de Dados em instituições participantes do Open Finance, bem como investigar seus impactos sobre a interoperabilidade, a qualidade da informação e a sustentabilidade dos ecossistemas de dados, fortalecendo o diálogo entre a Ciência da Informação e as práticas organizacionais contemporâneas.

Referências

- Adams, Jenni et al. “Supporting FAIR Data Management Planning across different disciplines at the University of Sheffield.” *Data Science Journal*, vol. 22, no. 17, 2023, pp. 1–7, doi: <https://doi.org/10.5334/dsj-2023-017>. Acessado 15 jan. 2026.
- Banco Central do Brasil. *Open Finance: visão geral e fundamentos*. Banco Central do Brasil, 2020. Acessado 15 jan. 2026.
- Bedeschi, Glacus. *Open banking no Brasil: uma análise das normas relativas às APIs sob o prisma do direito concorrencial regulatório*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/38730>. Acessado 15 jan. 2026.
- Dzhaparov, Plamen. “About PSD2 and Open Banking: opportunities and challenges.” *Izvestia Journal of the Union of Scientists - Varna. Economic Sciences Series*, vol. 9, no. 1, 2020, pp. 179–190, doi: <https://doi.org/10.36997/IJUSV-ESS/2020.9.1.179>. Acessado 17 jan. 2026.
- European Commission. European Commission Expert Group on FAIR Data. *Turning FAIR data into reality: final report and action plan from the European Commission Expert Group on FAIR Data*. Publications Office of the European Union, 2018. https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/turning_fair_into_reality_1.pdf. Acessado 15 jan. 2026.
- Gil, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6th ed. Atlas, 2010.
- Gonçalves, Arthur Vilela, and Fernando Oliveira de Araujo. “The implementation of Open Banking in Brazil: an overview from the perspectives of professionals from large retail banks.” *Brazilian Journal of Operations and Production Management*, vol. 19, no. 4, 2022, pp. 1661-1677, doi: <https://doi.org/10.14488/BJOPM.1661.2022>. Acessado 16 jan. 2026.
- Le Coadic, Yves-François. *A ciência da informação*. 2nd ed. Briquet de Lemos, 2004.

- Medeiros, Henrique. *Barreiras do Open Banking vão da gestão de dados à compreensão do consumidor*. Mobile Time, 2021. <https://www.mobiletime.com.br/noticias/14/06/2021/barreiras-do-open-banking-vao-da-gestao-de-dados-a-compreensao-do-consumidor/>. Acessado 17 jan. 2026.
- Minayo, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14th ed. Hucitec, 2014.
- Morrison, Thomas. “Open Finance: What does it mean and what happens next?” *Investment Lawyer*, vol. 27, no. 6, 2020, pp. 17-24.
- Sant’Ana, Ricardo Cesar Gonçalves. “Ciclo de vida dos dados: uma perspectiva a partir da ciência da informação”. *Informação & Informação*, vol. 21, no. 2, 2016, pp. 116–138. <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/27940/20124>. Acessado 18 jan. 2026.
- Sayão, Luís Fernando, and Luana Farias Sales. *Guia de gestão de dados de pesquisa para bibliotecários e pesquisadores*. Comissão Nacional de Energia Nuclear, 2015. https://www.researchgate.net/publication/286455028_Guia_de_gestao_de_dados_de_pesquisa_para_bibliotecarios_e_pesquisadores. Acessado 12 jan. 2026.
- Wilkinson, Mark D. et al. “The FAIR guiding principles for scientific data management and stewardship”. *Scientific Data*, vol. 3, 2016, article number 160018. <https://www.nature.com/articles/sdata201618>. Acessado 15 jan. 2026.

Copyright: © 2026 SIMÕES, Anderson Rafael Castro; DIAS, Guilherme Ataíde. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Submetido: 26/01/2026

Aceito: 27/03/2026